



# O império colonial português foi tão excepcional como outro qualquer

O que é o colonialismo tardio? Como era o império português perto do fim? E que legado é o seu? Seminário em Lisboa responde a estas e a outras perguntas. Termina hoje

**História**  
**Lucinda Canelas**

O império colonial português depois da Segunda Guerra Mundial procurou modernizar-se. Não é um exclusivo seu, pelo contrário, mas aconteceu. Convocou as ciências sociais para a criação de novas práticas na administração dos territórios ultramarinos e tentou impor mudanças aos sectores económicos através da tecnologia. O período pós-1945 (1950, no caso português) corresponde ao chamado “colonialismo tardio”, tema a que se dedicou o primeiro painel do seminário *O Ano do Fim. O Fim do Império Colonial Português*, que começou ontem, e termina hoje, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), em Lisboa. Um período de transição, marcado por paradoxos aparentes, em que Portugal não está, definitivamente, sozinho.

Trata-se de uma fase em que os impérios procuram legitimação internacional, pondo em curso políticas de desenvolvimento económico e social capazes de lhes conferir um carácter “progressista”, explica Miguel Bandeira Jerónimo, historiador e organizador do seminário. “Trata-se de uma operação política, económica e ideológica das potências imperiais que, ao mesmo tempo que tentam justificar a sua existência, procuram reagir aos movimentos crescentes de contestação à presença do colonizador.”

Neste esforço “progressista”, a administração colonial portuguesa começa a dar um enquadramento antropológico e sociológico a algumas das suas práticas, à semelhança do que tinha já acontecido nos impérios britânico e francês. Mas isso não significa, defende Bandeira Jerónimo, que tenha sido menos repressiva. “Esta fase final do império é muito ambivalente, mas só aparentemente é paradoxal. Na realidade, o desenvolvimento científico e tecnológico está também ligado à repressão e, em muitos casos, torna-a mais eficaz. Sem compreender este desenvolvimento e a sua relação com o controlo das populações indígenas não se percebe a própria dinâmica política.”

Diogo Ramada Curto, historiador que esteve neste primeiro painel para abordar as estratégias de terror e controlo nas colónias portuguesas, concorda que não há um paradoxo entre a presença das ciências sociais na administração colonial e um reforço da repressão, mas contesta que a segunda dependa da primeira: “Não há sempre uma intencionalidade de usar as ciências para reprimir. O que há é uma tendência de modernização em que ciência e repressão coexistem e muitas vezes entram em choque.”

## Ciência e repressão

O que parece ser consensual é que o colonialismo tardio português assistiu, à semelhança do que aconteceu com outras potências coloniais no Congo, no Quênia ou na Argélia, a uma “repressão altamente eficaz”, com “episódios de extrema violência”, defende Bandeira Jerónimo.

A experiência das outras potências não se reflectia apenas nos “massacres brutais”, reflectia-se também nos programas de reordenamento rural e de deslocação de populações. Se é verdade que as autoridades coloniais seguiram de perto a estratégia inglesa de repressão no Quênia, também é verdade que se interessaram pelos campos britânicos de reeducação dos africanos, cujo modelo, aliás, procuraram seguir.

“Os problemas dos impérios eram semelhantes e, por isso, é muito complicado falar de excepcionalidade”, diz este investigador do ICS, organizador do volume *O Império Colonial em Questão (séc. XIX-XX)*, uma das obras que, segundo Ramada Curto, melhor analisam a questão do colonialismo tardio no caso português (as outras que destaca são *Cidade e Império*, org. de Nuno Domingos e Elsa Peralta; e *O Império da Visão*, org. de Filipa Lowndes Vicente).

Miguel Bandeira Jerónimo rejeita a palavra “excepcionalidade” porque, diz, muitas vezes tem vindo a ser usada para “desculpar o império”: “O colonialismo português não é doce nem miscigenado, como defendeu o Estado Novo. A repressão foi muitas vezes descontrolada, só que os mas-

FOTOS: ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



sacres não estão documentados, ao contrário do que acontece no império britânico, por exemplo.”

Para Ramada Curto, o discurso da “excepcionalidade” também é desajustado e absolutamente devedor das políticas justificativas da permanência em África defendidas pelo regime de Oliveira Salazar. “O império português foi tão diferente, quanto igual”, diz. “Foi tão excepcional, se quisermos, como os outros. Hoje, em que uma

nova geração de historiadores, com formação internacional, está a produzir investigação, isso torna-se ainda mais evidente. Por comparação. A repressão é a mesma – ela não se mede contando as cabeças dos que morreram –, e o controlo das populações e possíveis insurreições também.” E é preciso analisar estas sociedades em toda a sua extensão – também económica, social e cultural – para as compreender, e não apostar apenas

na leitura política e militar, como se fazia tradicionalmente, defende.

“No império português, por exemplo, teve sempre uma presença muito forte o trabalho escravo”, aspecto em que há uma enorme continuidade, do século XV ao XX (oficialmente, o trabalho obrigatório termina no início da década de 1960, mas na prática mantém-se), argumenta este académico da Universidade Nova. “Explorar o trabalho escravo é próprio de

**Regedorias no Uíge, Angola, em 1962. A realocização dos africanos nestes centros permitia maior policiamento e vigilância**



ra, lembra este historiador, “no pós-holocausto”, as noções de raça e de racismo eram alvo de intenso debate, promovido pelas Nações Unidas, órgão que ajudou a elevar a reputação de Gilberto Freyre (1900-1987) e dos seu luso-tropicalismo.

Este conceito do sociólogo brasileiro a quem se devem obras como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *O Mundo que o Português Criou* (1940), foi usado pela propaganda do Estado Novo no seu esforço de legitimação do império. Na apropriação que faz da obra de Freyre – uma apropriação que “ignora toda a [sua] profundidade e complexidade”, diz Ramada Curto – o regime defende que o português se adapta naturalmente à vida nos trópicos porque é capaz de estabelecer uma empatia imediata com as populações locais e as suas culturas. Uma empatia que justificaria, mais do que os interesses políticos ou económicos, a sua permanência em África.

“A falta de alternativa”, o luso-tropicalismo foi adoptado por Adriano Moreira, ministro do Ultramar entre 1961 e 1963, e o seu círculo, explica o historiador. Isto mesmo apesar de Freyre se ter tornado *persona non grata* ao regime depois de a sua viagem pelo império português o ter levado a escrever *Aventura e Rotina* (1953), obra em que chega a comparar o ambiente de trabalho da Diamang, a antiga diamantífera portuguesa em Angola, aos campos de concentração nazis.

O discurso luso-tropicalista do Estado Novo insistia nas “solidariedades afectivas e linguísticas”, apresentando o colonialismo português “quase como um acidente da História”: “Ora, o luso-tropicalismo não explicava o império nessa altura e não pode explicar hoje o que somos, mas continua a persistir, de alguma forma, nos discursos oficiais que insistem no triângulo Atlântico [Portugal, Brasil, África] quando se trata, por exemplo, de falar da cooperação entre Portugal e o Brasil”, acrescenta Bandeira Jerónimo.

“Como falar em excepcionalidade do império e em luso-tropicalismo quando havia trabalho forçado, quando a assimilação cultural era irrelevante e a educação das populações indígenas e os seus direitos sociais inexistentes?”, pergunta o historiador, defendendo que esta e outras questões estão ainda fora da esfera pública, confinadas à academia. “Está em curso uma luta pela memória do colonialismo tardio que passa também por contabilizar a morte, a repressão, mas essa luta precisa de mais debate.”

## Saberes coloniais e terror

### Série Fim do Império (2) Diogo Ramada Curto, Bernardo Pinto da Cruz

A guerra colonial começou em Angola no primeiro trimestre de 1961. Em Luanda, nas prisões. No Norte de Angola, na Baixa do Cassange, nas áreas de produção de algodão. Ou, no Uíge, região produtora de café. As conhecidas imagens dos massacres perpetrados, nessa ocasião, são originárias desta última região.

A par da guerra, políticos, diplomatas, historiadores e cientistas sociais também se envolveram em lutas. Lutas de interpretação, pela imposição de sentidos. Lutas por um poder que, apesar de simbólico, tem a mesma capacidade para produzir formas de violência e para gerar outras tantas formas de incompreensão e de intolerância, frente ao ponto de vista do adversário. Sobretudo, lutas que têm em vista a definição de um presente, tão dependente da herança colonial e das marcas impostas pela guerra iniciada em 1961.

Entre os vários conflitos de interpretação, um dos afunilamentos analíticos mais frequentes, que se faz sentir em colóquios e publicações, corresponde à seguinte antinomia: de um lado estão os que defendem argumentos de carácter integracionista, defendendo o carácter excepcional de um império colonial que, por ser tão singular, não podia, nem pode, ser considerado como tal, tratando-se mais de um “mundo que o português criou”, luso-tropical, miscigenado, plástico, híbrido e, por isso mesmo, favorável às leituras *new age* centradas no memorialismo; do outro, ficam os que denunciavam constantemente as práticas de violência, de exploração, de racismo e de arcaísmo que caracterizaram esse mesmo “mundo”. Que esta antinomia transfere, de forma inconsciente, para dentro dos discursos contemporâneos dos historiadores, cientistas sociais

e políticos, posições do campo político definido pelas lutas coloniais do terceiro quartel do século XX afigura-se uma constatação evidente.

Porém, mais difícil é saber como romper com uma tal antinomia que empobrece a investigação, obrigando os intervenientes a auto satisfazerem-se na rememoração dos seus termos extremados. É que nem a construção de uma ideologia oficial de defesa da “presença de Portugal em África”, no período posterior à Segunda Guerra, pode ser reduzida ao lusotropicalismo de Gilberto Freyre, quando este foi considerado quase *persona non grata* por muitos dos apoiantes de Salazar. Nem, **tão pouco**, as críticas à violência e à discriminação podem ser consideradas um monopólio dos que sempre se opuseram a Salazar.

Mais do que constatar uma simples não conformidade entre o discurso oficial luso-tropical e as práticas coloniais portuguesas, há que reconstituir o sentido de muitos processos de tomada de decisão. Em muitas situações, verificou-se uma grande ambivalência entre as decisões de domesticar as populações brancas (incluindo as autoridades do Estado) e os planos de aterrorização generalizados. Uma ambivalência que não corresponde ao simples pôr em prática de uma ideologia (entendida esta como farsa ou operação de dissimulação) ou ao exercício da violência.

### Farwest ou Far...uíge

Em Julho de 1961, alguns meses depois da revolta desencadeada por elementos da UPA (União das Populações de Angola, movimento político anti-colonial) na região cafeeira do Uíge, no Norte de Angola, os colonos portugueses faziam ouvir a sua opinião, num artigo de jornal intitulado “Postal a um Ministro – TAREIA... MUITA TAREIA”. O seu autor, em representação dos europeus do distrito, criticava abertamente todos aqueles que advogavam

a reconquista dos “corações e das almas”, através de meios de doutrinação e de persuasão: “com papelinhos, rebuçados e quejandas ‘brincadeiras’ nada se conseguirá. Tarefa, senhor Ministro, tarefa! Vamos a dar-lhes pancada de criar bicho. Eles são ‘bebés grandes’ que se ausentaram da casa dos pais. Urge, primeiro, dar-lhes açoitões, muitos açoitões” (*Jornal do Congo*, 20-7-1961). Estava em causa uma oposição declarada aos planos do Estado com o objectivo de recuperar e concentrar em aldeamentos estratégicos – as regedorias – os africanos que se tinham refugiado no mato ou atravessado a fronteira para o ex-Congo Belga. Circulava, então, a ideia de que esses planos seriam “suaves”, por utilizarem métodos de conquista de “*hearts and minds*”, de guerra psicológica, e por não fazerem uso de uma violência punitiva.

Pela mesma altura, o caos instalado na zona levava a manifestações esporádicas, mas organizadas, de massacres raciais: ao longo de semanas, grupos de portugueses, em conluio com uma facção mais conservadora das autoridades administrativas e policiais, alvejaram africanos que lhes não obedeceram. Embragaram e incitaram mestiços a assassinar, à catanada, os nativos de uma sanzala perto de Negage. Assaltaram a Missão Evangélica do Norte de Angola e, numa das duas aldeias ainda povoadas por africanos, raptaram e assassinaram a tiro o seu soba, no cume de um monte. Tudo isto com o beneplácito de certos agentes policiais, militares e de agentes da PIDE. Quando dois dos responsáveis foram presentes à justiça, a maioria da população branca ocorreu a manifestar-lhes o seu apoio.

Tais episódios suscitaram o horror dos burocratas em Lisboa, capital do Império. Eram estes que, em 1961, se referiam ao Norte de Angola como o *Farwest* português, ou seja, o “Far...uíge”. No seu entender, era ali que os “brancos”, racistas e distantes do “modo tradicional” →



uma sociedade de Antigo Regime, que não se moderniza, que não é capaz de criar uma classe média e em que não há cidades intermédias. O Portugal colonial é assim.”

De onde veio, então, a ideia de que o império português foi diferente dos outros, menos violento, mais tolerante para com as culturas locais?

### Naturalmente tropical

A ideia que a propaganda do Estado Novo se esforçou por veicular no pós-guerra de que o império português era o da miscigenação e não o da imposição é tão falsa como aquela que aponta para um país fechado sobre si mesmo, alheio a tudo o que se passa à sua volta. “Há entre os responsáveis pelas pastas dos Negócios Estrangeiros e das políticas ultramarinas uma enorme preocupação de acompanhar o que se diz sobre Portugal e as colónias internacionalmente”, diz Ramada Curto, assim como um grande interesse em monitorar o que vão produzindo os think tanks nos Estados Unidos e no resto da Europa a propósito dos territórios colonizados. No pós-II Guer-



de ser português”, andariam a fazer justiça pelas suas próprias mãos com a conivência da polícia e de alguns oficiais militares. Tal como se, meses antes, os mesmos funcionários não tivessem exortado a uma enérgica e indiscriminada repressão das populações africanas daquela zona. Não tivessem sido, também, responsáveis pelas directivas muito claras para diminuir artificialmente os números públicos de casualidades africanas, nas primeiras ofensivas da força aérea portuguesa. E não andassem, igualmente, ocupados com uma série de alterações cosméticas às estatísticas ultramarinas – algumas delas, diga-se de passagem, aproveitadas, hoje, sem critério, em nome da quantificação da ciência social, sem esquecer aqueles que delas se servem para fundamentar o falhanço da pretensa política assimilacionista dos portugueses em África.

#### **Pulsões sexuais e controlo**

Outro caso em que a referida antinomia se mostra incapaz de satisfazer do ponto de vista analítico é o do próprio plano de reagrupamento e organização comunitária das populações. Revestido de múltiplos sentidos, ele designou um conjunto de técnicas de controlo social: formais, tais como o recenseamento obrigatório dos povos concentrados e sua hierarquização numa escala de maior ou menor colaboração com o Estado colonial; e informais, tais como o uso deliberado, mas tudo indica esporádico, de redes de prostituição para a “auscultação da opinião pública”. Este último era, aliás, um ponto crítico da recriação forçada das sociedades plurirraciais.

Um relatório dos serviços de acção psicossocial do Distrito do Inhambane, em Moçambique (1962), deu conta da situação depreciativa a que as mulheres que falavam português se sujeitavam. Pelo facto de fazerem uso da língua portuguesa eram enxovalhadas, estigmatizadas e acusadas de prostituição. O inspector do Ministério do Ultramar que ficara incumbido de rever tal relatório não hesitou em atribuir um sentido óbvio ao que se passava. No seu entender, tal acontecia porque era nas relações sexuais que residia

a “quase única oportunidade de convívio entre brancos e pretos”. Uma interpretação deste discurso burocrático tem de pôr em evidência a crença do autor nos instintos ou impulsos mais básicos do povo português em África. Longe de se constituir num mero exercício de propaganda ou sequer em discurso público, tais notas, secretas, mostram como a racionalidade dos agentes estatais não pode ser dissociada de uma mentalidade de matriz lusotropical.

A mesma elite “reformista”, que aboliu o Estatuto do Indigenato em Setembro de 1961, acabando com a discriminação entre indígenas e cidadãos europeus (civilizados), propôs a criação de pequenos esquemas de vigilância, financeiramente viáveis. Por exemplo, um bom uso das “prostitutas-lavadeiras”, daria, regra geral, excelentes informadoras, dado o conhecimento íntimo que tinham

### **Circulava a ideia de que esses planos seriam “suaves”, por utilizarem métodos de conquista de “hearts and minds”, de guerra psicológica, e por não fazerem uso de uma violência punitiva**

dos africanos destribilizados, ou seja, dos que eram considerados mais propensos a rebelarem-se. Vizinhança e vigilância, intimidade e controlo entravam em relações de duplicidade, fundamentais tanto na retórica como nas práticas de defesa do império. Só desse modo se poderá compreender o sentido de uma outra proposta que talvez nunca tenha saído do papel: a de que se deveriam abrir campos de concentração, com técnicas não violentas, não racistas, mas de natureza essencialmente cristã. Todos estes esquemas começaram por ser propostos

entre Janeiro e Março de 1961.

Uma abordagem centrada na relação entre saberes coloniais e terror – para evitar o conceito de políticas de aterrorização das populações, o qual supõe um maior grau de intencionalidade e formalidade institucionais – permite conceber objectos de análise impossíveis de reduzir a interpretações mutuamente exclusivas.

No caso de Carmona ou do Uíge, a violência racial dos europeus sobre os africanos constitui a dimensão central de análise. O modo como aquela foi rejeitada em Lisboa, suscitando renovadas preocupações acerca da domesticação dos brancos, não deve ser reconduzido a uma simples defesa do interesse nacional. E mesmo a ambivalência manifestada pelas instituições metropolitanas – que repudiavam a violência, sem deixar de fazer uso dela – deveria estar no cerne de investigações interessadas em explicar os processos de tomada de decisão do Estado colonial.

O mesmo vale para o caso da prostituição em Moçambique, constituída em instrumento de controlo, bem como numa prática reconhecida secretamente pelo poder, porque representava a mais básica manifestação da capacidade inata dos portugueses para a miscigenação. Ou seja, a relação sexual funcionava como paradigma e último reduto de uma inclinação gregária.

A questão comum a ambos os casos estará, ainda, em procurar conhecer qual a parte da acção histórica, da prática, que se ficou a dever ou simplesmente correspondeu a um quadro mental lusotropical. A este propósito, vale a pena perguntar se o lusotropicalismo, como qualquer ideologia utópica, não necessitou sempre de um certo grau de violência para se reproduzir na ordem das ideias e se recriar no domínio das práticas, como parece ter sucedido em ambos os casos aqui sumariamente analisados.

#### **Historiadores, FCSH/Nova**

**Esta série é feita em colaboração com os participantes da conferência O Ano do Fim. O Fim do Império Colonial Português, organizada pelo ICS**